



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 12/03/2013

Aos doze dias do mês de março de dois mil e treze das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, em segunda convocação, iniciou-se a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta proposta: **1) Deliberação da ata de 13 de novembro de 2012; 2) Deliberação dos Processos 09/006533/2012 – Policlínica Piquet Carneiro (credenciamento para realização de cirurgias de vasectomia), AP 2.2; Processo 09/002384/2012 – Clínica da Família Dona Zica (credenciamento no programa de tabagismo), AP 1.0; Processo 09/001585/2012 – CMS Ernani Agrícola (credenciamento no programa de tabagismo), AP 1.0; Processo 09/001552/2011 – Hospital Federal dos Servidores do Estado (habilitação para realização de laqueadura tubária e vasectomia), AP 1.0; Processo 09/001548/2011 – Hospital Federal dos Servidores do Estado (habilitação de UTI adulto tipo III), AP 1.0; Processo 09/001550/2011 – Hospital Federal dos Servidores do Estado (habilitação de UTI pediátrica tipo III), AP 1.0; Processo 09/005876/2012 – Clínica da Família Sergio Vieira de Mello (credenciamento no programa de tabagismo), AP 1.0; Processo 09/005877/2012 – CMS Fernando Antonio Braga Lopes (credenciamento no programa do tabagismo), AP 1.0; 09/07397/2012 – Hospital Federal de Bonsucesso (habilitação para videocirurgias), AP 3.1, 09/000593/2013 – Programa de Educação pelo Trabalho para a saúde/vigilância sanitária 2013/2014, AP 3.1; 09/000341/2013 – Projeto Terapêutico do novo serviço – Ref. CAPSI Visconde de Sabugosa, AP 3.1; 3) Hospital Municipal Salgado Filho, caso ocorrido com profissional médico, na noite de Natal – restritos esclarecimentos às questões institucional e administrativa – 30 minutos; 4) Esclarecimentos sobre o fechamento da Maternidade Oswaldo Nazareth - Praça XV, 40 minutos; 5) Esclarecimentos sobre a contratação para esterilização de materiais termosensíveis – 20 minutos; 6) Comissões do Conselho Municipal de Saúde – 30 minutos; 7) Informes.** O Sr. David Salvador, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, deu início à reunião às 14 horas e 30 minutos, em segunda convocação, quando foi atingido o quorum exigido por lei e pelo Regimento Interno do Conselho Municipal. Foram convidados para compor a Mesa, **Dr. Hans Fernando Rocha Dohmann**, Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho que irá participar da reunião e enquanto não chega será representado pelo seu substituto o **Sr. Ludugério Antônio da Silva**, a **Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes**, representando os usuários, o **Sr. Rogério Marques Gonçalves**, representando os gestores e, substituindo o **Sr. José Antonio Alexandre Romano**, representando os profissionais de saúde, a **Sra. Laura Maria Benevello Ribeiro** que está chegando para compor a mesa e, enquanto chega o **Sr. Francisco Cláudio de Souza Melo** representará os profissionais de saúde. Passou a palavra ao Sr. Ludugério Silva que irá presidir a reunião. **Sr. Ludugério Silva** iniciou sua fala dando boa tarde e se desculpando pelo atraso. Disse que a pauta está um pouco extensa e pediu que se faça o possível para terminarem dentro do previsto. Informou que foram distribuídas as atas de dezembro de 2012 e janeiro de 2013. Perguntou se alguém teria algo para reiterar na ata de 13 novembro de 2012. Prosseguindo leu os pontos da pauta da reunião de hoje e colocada em votação a **pauta foi aprovada pela maioria simples**. Posteriormente perguntou se todos estavam convictos para votar a aprovação do item 1 (deliberação da ata de 13 de novembro de 2012) e o item 2 (deliberação dos processos). **Colocados em votação a ata de 13 de novembro de 2012 e todos os processos foram aprovados pela maioria simples**. Dando continuidade foi

dada a palavra ao Senhor Secretário de Saúde e Presidente do Conselho, **Dr. Hans** que após dar boa tarde a todos e dizer que era um prazer estar participando da reunião. Afirmou a relevância da pauta de hoje e disse que teria todo um corpo técnico da Secretaria para prestar todos os esclarecimentos dos pontos elencados na pauta e pediu permissão para dar um informe importante que surgiu neste último dia e que sabe que estava invertendo a pauta já que os informes são feitos no final, mas como não estaria presente até o fim da reunião pediu que fosse aberta esta concessão. Disse que o informe será mesmo apenas um informe que deverá ser discutido com calma após todos conseguirem se inteirar melhor do conteúdo, inclusive ele próprio. Prosseguiu dizendo que ocorreu uma nova versão ontem na Secretaria que deve está sendo materializada entre hoje e amanhã como mensagem na Câmara dos Vereadores, e por isso via a necessidade de ser colocada na reunião antes do processo ser começado. Disse que há quatro anos foi vivida situação semelhante e que não gostaria que fosse repetido. A mensagem trata de um projeto de Lei que autorizaria o poder municipal Executivo, portanto a Prefeitura do Rio de Janeiro, para a criação de uma empresa pública que será a Empresa Municipal de Saúde Pública. Essa empresa funcionaria como diversas outras empresas públicas existentes no Brasil, dentro da legislação aprovada em âmbito Nacional e que trabalhará com concurso público para a admissão de seus funcionários e dentro das regras da administração pública. Disse que nos últimos tempos estão ocorrendo uma série de discussões a esse respeito, informando que nunca na Secretaria se parou de fazer essa discussão sobre a gestão da saúde pública, pensando em alternativas das mais diversas e ontem foi decidido por essa escolha da empresa pública. Por isso, essa mensagem estará sendo enviada no dia de hoje ou amanhã para a Câmara dos Vereadores, e a discussão se dará no âmbito da Câmara dos Vereadores para a aprovação ou não deste Projeto de Lei. E no decorrer da história será muito debatido pelo Conselho e toda a Secretaria. Não será algo decidido em um prazo curto, a tramitação do processo é lenta, pela importância jurídica do processo, levando meses de trabalho. Ressaltou que estará sendo conversado essa alternativa para caso a Câmara aprove, termos construído o melhor cenário para a saúde pública do Rio de Janeiro. Disse que obviamente gostaria de compartilhar com todos os presentes antes que o assunto fosse enviado para a Câmara dos Vereadores e por isso passou esse informe. Pediu que se possa a partir de agora construir esse debate. Informou não ter muitos detalhes ainda e espera ver como irá se desenrolar esse assunto. Disse que a construção se dará na base do diálogo como vem procurando fazer tudo na Secretaria. A participação do Conselho é esperada de forma significativa nos debates e tão logo tenha o retorno da mensagem como Projeto de Lei, irá ser disponibilizado tudo que diz respeito a este documento público. Propôs que fosse colocado como ponto de pauta para a próxima reunião quando já teremos mais detalhes. Disse que foi a título de informe, pois não poderia deixar o Conselho ser pego de surpresa numa atitude tão importante como essa. A dinâmica da gestão é a tomada de decisão e encaminhar a questão. Disse que foi bom ter essa reunião no dia de hoje para poder avisar a todos. A gestão quando toma uma posição está sempre com o intuito de minimizar mais os desafios que ainda se tem na saúde pública do Rio de Janeiro. Novamente desejou boa tarde a todos, e uma ótima reunião comentando que os pontos de pautas são apropriados, temas importantes e recentes que ocuparam o noticiário e que considera que é importante o Conselho estar por dentro dessas questões e ficar tranquilo quanto ao andamento dessas questões e que tem certeza que esse será espírito da reunião. Disse que a Superintendência estará presente para dirimir as dúvidas dos temas de pauta. Informou que estará por mais um pouco presenciando a reunião mas que certamente não ficará até o final. Deixou um abraço a todos e uma boa reunião. **Dr. Hans** abriu exceção para responder a uma dúvida do Sr. Milton Lima informando que era um informe e que será debatido novamente em outras reuniões. **Sr. Milton Lima** informou que essa empresa reguladora que será votada pela Câmara dos Vereadores foi discutida em dezembro neste Conselho e nos foi dito que não haveria essa agência e em março aparece de novo essa questão. Perguntou se as pessoas estavam informadas, ou são craques na desinformação. **Dr. Hans** respondeu que não seria nenhuma das duas coisas já que não é uma agência reguladora, na origem já não tem mais a preocupação do Sr. Milton Lima. É uma empresa de serviços de saúde pública, estritamente pública. Dentro da administração pública que irá contar com funcionários públicos que serão aprovados através de concurso público. Não

terá ligação com a Regulação, o controle da Regulação continuará a ser feito pelo poder da Secretaria Municipal de Saúde da forma que está sendo feito hoje. Há a pretensão de melhorar operacionalmente esta Regulação, mas não através desta empresa. Disse que entende que muitos querem fazer perguntas, mas argumentou que boa parte das perguntas ainda não teria respostas. Disse que irão ter oportunidade para debater e discutir isso em outros momentos. Que estará pessoalmente discutindo e debatendo, e que isso não será decidido da noite para o dia, e que mesmo que tivesse uma aprovação relâmpago que não é o que está sendo proposto haverá discussões. A aprovação levará meses e será possível construir uma discussão sobre o assunto. Pediu que todos entendessem que a pauta é muito relevante e que deveriam continuar a reunião. **Sr. Ludugério Silva** agradeceu e disse que irá dar sequência a pauta. Convidou o Dr. Conrado para dar prosseguimento ao **item 3) Hospital Municipal Salgado Filho, caso ocorrido com profissional médico, na noite de Natal – restritos esclarecimentos às questões institucional e administrativa.** **Dr. Conrado**, diretor do Hospital, iniciou dando boa tarde e informando que a Subsecretaria solicitou que fosse à reunião para esclarecer alguns pontos em relação ao episódio na noite de Natal que é de conhecimento de todos e foi muito difundido pela mídia. Prosseguiu informando como é de conhecimento de todos, esse fato é objeto de algumas investigações e, uma das investigações é o inquérito administrativo da própria Prefeitura que já está em curso e mais os inquéritos policiais demandado pela autoridade policial competente. Recordando o episódio, tudo começou pela falta de um profissional numa escala normal de plantão, e não uma escala extraordinária para a noite de Natal, profissionais de saúde tem uma escala fixa de plantões. O que é móvel é o feriado, com a escala sendo fixa. A paciente foi levada pelos familiares ao hospital por conta de um acidente de um projétil de arma de fogo, que inicialmente não era de conhecimento da família que em depoimentos a levaram devido a uma queda. Foi prontamente atendida por equipe presente de pediatras. Submetida a exame complementar adequada ao caso, e aos procedimentos que são chamados de ressuscitação, são procedimentos urgentes de suporte de manutenção da vida. Infelizmente por conta da falta do profissional não havia naquele momento possibilidade de procedimentos neurocirúrgicos. Esse procedimento ocorreu cerca de 6 ou 7 horas depois, com a chegada do neurocirurgião do outro plantão. Em suma, a título de informação, do ponto de vista clínico em relatos dos profissionais que atenderam a criança, o seu quadro clínico já era de extrema gravidade a princípio sem possibilidades terapêuticas pela característica da lesão. O fato foi este citado agora e o restante foi desmembramento das investigações que ainda estão em curso, nem a investigação policial foi encerrada até hoje finalizando sua fala agradecendo. **Sr. Marco Esser** assumiu a fala dando continuidade a explicação do Dr. Conrado dizendo que qualquer suposta irregularidade ou irregularidade dentro de uma instituição da Prefeitura, em qualquer área, a autoridade no momento que tem conhecimento do fato tem por obrigação e ofício solicitar uma averiguação constituindo assim uma sindicância. No caso especificamente que o Dr. Conrado relatou, se tornou público e notório a falta de um servidor, não era uma dúvida administrativa, realmente ele faltou ao plantão. E por conta desta falta ocorreram algumas sequências no atendimento a criança. Esse fato por ser notório, público e publicizado pela imprensa, o próprio Hospital Municipal Salgado Filho arremontou todas essas documentações, os fatos publicados pela imprensa, constituiu um ofício e encaminhou para a Secretaria de Saúde, no Nível Central. Foi então solicitada de imediato a abertura de um inquérito administrativo ou processo administrativo disciplinar junto a Secretaria de Administração. Este inquérito administrativo foi aberto no dia 27 de dezembro e a Terceira Comissão está à frente da investigação dos fatos ocorridos no dia 25 de dezembro por ocasião da falta deste neurocirurgião. Todas as situações que ocorreram e tudo que envolve este dia, este plantão e este atendimento são matérias de investigação e é uma investigação sigilosa que não envolve apenas uma pessoa, mas sim várias pessoas inclusive a administração pública, envolve um atendimento. Então tudo isso é matéria de um inquérito administrativo e não podemos dar mais informações do que foi dada nesta reunião, até porque não se tem acesso a esses dados. Tudo que diz respeito a essa investigação está sob responsabilidade da Comissão da Secretaria de Administração porque nem o Secretário sabe dos detalhes dessa investigação. Toda autoridade - gerente, gestor, diretor, chefe - a partir do momento que toma conhecimento de uma suposta irregularidade por obrigação tem que instaurar uma

sindicância. Quando há suspeita, quando não existe evidência do fato, e é apenas uma suposição ao se tomar conhecimento abre-se uma sindicância. Quando os fatos são notórios como, por exemplo, nesta falta que não se havia dúvida, então isso já é encaminhado como inquérito administrativo. **Sr. Ludugério Silva** após a fala do Sr. Marco Esser abriu inscrição para perguntas. **Sr. Carlos Henrique** (Marreta) disse que a imprensa anunciou que as faltas já vinham ocorrendo a algum tempo por insatisfação deste profissional. Disse que independente das faltas estarem ocorrendo e pode acontecer outros casos, o profissional não comparecer ao plantão por algum motivo particular, questionou se não tem uma preparação para esses casos. Vemos casos em que o diretor, supervisor e até o Secretário não está, mas tem alguém substituindo ele, o que não pode é parar o setor. Argumentou se daqui para frente estarão preparados para agir nessas situações. A legislação pública, em todas as esferas, precisa estar preparada para casos como este. É muito simplório dizer que não havia jeito e que a criança ia morrer mesmo, é difícil de acreditar. Perguntou como ficará, se estão se preparando para não ocorrer mais isso. **Sr. Marinaldo**, Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, iniciou sua fala dando boa tarde, disse que não era da área médica, e sim um psicólogo, mas perguntou se existe uma legislação com o número de profissionais que deva estar de plantão para o atendimento de emergência, se existe o Hospital Municipal Salgado Filho está atendendo a essas disposições, existem neurocirurgias suficientes no hospital para atender as emergências que surgem. É sobre isso também que queremos saber sobre a estrutura do hospital, se o hospital está estruturado, parece que não porque na falta de um profissional aconteceu o que houve. O que estamos querendo saber na verdade é porque não há profissionais suficientes para atender a demanda que estão surgindo no seu dia a dia. **Sr. Roque Pereira**, representante da AMORVIT, disse que gostaria de primeiramente perguntar se existe algum representante da AP 3.2 para falar sobre o que ocorreu no hospital. Disse que só podia estar brincando de ser conselheiro porque cada dia que passa ele ouve cada coisa. E que como Presidente da Associação dos Doentes Renais nunca ouviu falar a respeito dessa situação, mas queria falar sobre a retirada do transplante de rins do Hospital Estadual de Bonsucesso, estão levando para a Tijuca em uma unidade de Organização Social particular. Quando ouve falar sobre o Hospital Salgado filho pergunta a si onde estariam os Conselheiros Distritais? Disse que há muitos Conselhos Distritais no município e que acredita que nessas situações o representante do Conselho Distrital da área deve aparecer para conseguirmos entender melhor. **Sr. Milton Lima**, representante da AP 2.1, falou que esse caso do Hospital Salgado Filho ocorreu em dezembro e que estaríamos em março, ou seja, já se passaram 3 meses e ainda estão discutindo, deixando o Conselho Municipal alijado já que o Conselho Distrital da área deveria estar participando do inquérito e não os vejo sendo chamados para participar. Disse que nessa mesma época, o Brasil é esquisito quando pensamos que quando a coisa dá errada irá ser punida mas são até brindadas. O Secretário foi exonerado e renomeado e então veja que um caso desses de um cidadão faltava por um ano e ninguém viu! Todos estavam levando na brincadeira o diretor, os colegas de trabalho ninguém fez nada. O azar foi a criança ter morrido senão ficaria por isso mesmo. São essas coisas desagradáveis que ocorrem e todos dizem que só falamos mal da pessoa, não é questão de falar mal mas também não falar bem sem motivo. Disse que queria saber como está a situação, em casos assim a pessoa é prontamente afastada. Como podemos tomar conhecimento, como Conselho, do andamento do processo já que foi difícil conseguir colocar esse caso como pauta. Quando haverá condições para os que estavam coniventes com ele serem punidos? **Sr. Manoel João de Santana** (Neco), presidente do Conselho Distrital da AP 3.2, assumiu a palavra dizendo que quando soube do fato o Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 tomou suas medidas e foi feito um ofício no dia 2 de janeiro de 2013 e encaminhado ao diretor da instituição convocando-o para uma reunião no dia 16 de janeiro de 2013, com o comparecimento do mesmo nesta reunião. **Sr. Manoel** (Neco) mostrou o ofício e o livro de presença desta reunião onde consta a assinatura do diretor do hospital. Argumentou que o Conselho Distrital de Saúde não foi omissivo e mesmo enquanto estava viajando deixou a Comissão Executiva junto com a Sra. Helena Manhães que representa o Conselho Distrital no Conselho Municipal. Disse que queria apenas mostrar que o Conselho Distrital fez sua parte. **Sr. Marco Esser** assumiu novamente a fala informando a plenária que o acompanhamento do andamento do processo

é feito a todo momento mas que o mesmo está sendo realizado por outra Secretaria e não podemos interferir e nem fazer parte da Comissão do andamento deste processo. Está Comissão de inquérito é composta de advogados da Secretaria Municipal de Administração e eles constituem a 3ª Comissão de Inquérito Administrativo que está avaliando este caso. O que fazemos é entrar em contato com o Presidente da Comissão para saber do andamento mas não se pode acelerar o processo por estar distante de nossa interferência, e é bom que seja assim para não haver influência positiva ou negativa dos servidores da saúde nessa investigação. Por isso, não há participação desta Secretaria. Continuando a responder as perguntas disse existir vários parâmetros que determinam a lotação de profissionais na área de saúde, seja na esfera municipal, estadual e portarias ministeriais. Disse que ia pedir para o Dr. Conrado ajudar a responder quais seriam os parâmetros para a composição de equipe nas emergências. Como exemplo citou que o estado de São Paulo segue o parâmetro para a lotação de especialidades médicas e enfermagens em geral, cada município segue um parâmetro. No município do Rio de Janeiro seguimos uma portaria ministerial que inclusive foi anunciada pelo Secretário, inclusive tem-se o empenho na formação de grupos de trabalho para estudar a atualização de parâmetros da Secretaria. Foi criada uma resolução municipal nº 864/2002 que tem vários parâmetros de dimensionamento por categorias profissionais. Especificamente com relação a emergência ainda não temos parâmetros municipais e por isso existe um grupo de trabalho que vai tratar desta questão. **Dr. Hans** pediu para falar um pouco mesmo não se tratando do caso e sim de forma geral. Disse que a portaria citada pelo Sr. Marcos Esser foi constituída no momento que o Sistema de Saúde do Rio de Janeiro tinha um desenho completamente diferente do que nós estamos formando agora. O exemplo mais fácil para citar é o que diz respeito a implantação a Atenção Primária, que foi mudado o sistema desta atenção que mexe radicalmente com a lotação de especialistas em unidades ambulatoriais. Com a expansão do Programa Saúde da Família obviamente há um desenho menor tecnicamente e todos os sistemas no mundo que trabalham com este conceito de Saúde da Família tem uma distribuição de especialistas completamente diferente do modelo antigo do posto de saúde com as especialidades básicas contempladas. Esta Portaria que hoje existe, obviamente será revogada e construída uma nova condizente com a realidade atual do sistema de saúde do Rio de Janeiro contemplando a reforma que está sendo implementada. Prosseguindo disse que voltando ao caso em questão, diretamente ao Sr. Milton Lima que durante esses 4 anos e alguns meses de trabalho coletivo ficou claro que não temos as reações padrão que as pessoas se acostumaram a ver. Disse que não iria sacrificar um profissional de qualidade, competência e dedicação que é de absoluta confiança como Dr. Conrado que chegou meses antes na direção do hospital, e qualquer um que tenha dirigido ou mesmo frequentado algum hospital tem absoluta consciência que é impossível mesmo em meses e até em anos conhecer o rosto de todo mundo, quem está lotado em que e fazendo o que, quanto menos um profissional que chegou a meses no hospital. Não irei em um ato político demitir uma pessoa de qualidade para satisfazer o apetite de quem quer que seja, disse não estar falando do Sr. Milton Lima. **Dr. Hans** prosseguiu dizendo que o Dr. Conrado é um colaborador de confiança, veio da Coordenação da AP 2.2 e assumiu como Diretor do Hospital Municipal Salgado Filho em ambas as tarefas, pois se sai muito bem dentro dos desafios do dia a dia. Não só teve naquele momento como continua tendo até hoje total apoio do Secretário que tem como parâmetro para decidir este apoio a dedicação a população do Rio de Janeiro. Antes da resposta, houve consequência sim, pessoas que já tinham contato mais direto desta situação a longo prazo ou que tinham responsabilidade direta neste detalhe foram afastadas, porque essas deveriam controlar o trabalho do profissional. Falou não tomar essa atitude nunca com alegria ou satisfação por querer sempre expor da melhor maneira possível que as pessoas, até profissionais sérios, passam por dificuldades em sua carreira profissional, se são responsáveis ou não, o inquérito administrativo da Prefeitura e não da Secretaria vai dizer e mais do que isso o próprio inquérito policial e a investigação do Ministério Público vão dizer. Mais investigado do que esse caso impossível, todas as instâncias do controle da sociedade estão acionados e trabalhando e nenhum deles pode se queixar de falta de colaboração da Secretaria, do diretor tanto que nenhum destes cenários o diretor é colocado como réu, como acusado ou como suspeito de alguma coisa mas sim é identificado como colaborador, uma pessoa que

se colocou com transparência para disponibilizar as informações necessárias para que as investigações das diversas instâncias continuem ocorrendo. Existem detalhes deste fato que a Prefeitura não conseguirá esclarecer e só a polícia pode definir alguns pontos, por questões de respeito a Lei. Tem coisas que estão no âmbito da Prefeitura e coisas que estão no âmbito da Prefeitura. Disse que a Secretaria está sempre trabalhando prezando esse respeito a Lei. Todas as situações delicadas vividas nesses 4 anos, todas foram colocadas transparentemente perante a lei e que a democracia brasileira define como instâncias adequadas para verificação e tomadas de decisão. Nesse caso temos exatamente a mesma situação e se alguma instância de dentro ou fora da Prefeitura em algum momento requerer alguma atitude, conselho ou informação será prontamente atendida como tem sido. E por fim, especificamente no cenário colocado a lotação deste tipo de profissional está absolutamente de acordo com a portaria do Ministério da Saúde que é a referência fundamental durante toda a gestão. No caso da urgência e emergência, as portarias ainda dizem o seguinte: as referências estão colocadas pelo Ministério da Saúde e que definições mais detalhadas devem ser tomadas pelo gestor local. Para termos uma noção temos a cada 24 horas, 1.3 ou 1.4 procedimentos de todas as naturezas neurocirúrgicas na cidade, isso é menos de um procedimento por plantão o que não quer dizer que trabalham pouco por terem outras tarefas para fazer no plantão, mas é só para se ter a tranquilidade dos números locais. **Dr. Conrado** agradeceu as palavras do Secretário e disse querer reforçar essa questão da lotação onde é utilizada a portaria nº 2098 do Ministério que estabelece a necessidade da existência do profissional, o quantitativo é um estudo de demanda e que pode ser que em algum momento venha mudar. Em relação a substituição, o que ocorre é que uma vez lotado o profissional, uma coisa é substituir como foi dito o diretor, o papa, funções administrativas do dia a dia, existem mecanismos. Mas não existe em lugar nenhum no mundo, que se tenha um *back-up* em tempo real de todas as especialidades dentro o hospital. Na maioria dos hospitais temos um cirurgião vascular, um neurocirurgião, um cardiologista por plantão e quando aquele profissional falta é possível resolver o próximo plantão, mas naquele momento é uma coisa materialmente fictícia. Na prática é de difícil solução, o que ocorre é que as equipes reorganizam este atendimento como foi feito. Quanto as outras questões, disse comungar com este apetite por respostas, mas também entendendo a legalidade, existem coisas que estão na competência da esfera policial de investigação. E uma vez definidas algumas dúvidas, as medidas que forem administrativas serão tomadas pela Prefeitura e as políticas tomadas pela autoridade competente, assegurou que ninguém estava brincando, mas sim conduzindo seriamente não só essas questões como outras questões graves na administração de uma unidade com 1400 funcionários divididos em plantões o que realmente demanda uma complexidade da administração. **Sr. Ludugério Silva** alegou que houve inscrições para perguntas e que foi dada às respostas para os que se inscreveram. Disse que várias pessoas na plenária se manifestando para fazer perguntas e por isso fez o questionamento para a plenária se iria abrir mais inscrições para este ponto. Algumas pessoas na plenária alegaram que algumas perguntas não haviam sido respondidas. Lembrou que tinha uma pauta grande a seguir com assuntos tão relevantes como este e colocou a questão em votação. Em processo de votação quem vota a favor da abertura de inscrições para novas perguntas para este ponto e quem vota para dar sequência na pauta. Perguntou se a plenária estava convicta para votar e abriu a votação, **com maioria simples a plenária decidiu reabrir as inscrições para perguntas**. **Sr. Caiafa**, representante da Associação Carioca dos Diabéticos, disse ao Secretário e aos amigos da Secretaria que duas coisas o preocupavam muito neste assunto. Embora não conheça o colega de profissão, falou que está no Conselho como usuário mas infelizmente nesta vida dupla tem que falar um pouco do profissional fazendo um comentário que o preocupou muito. O primeiro é a criminalização de uma relação trabalhista, a falta de plantão não é crime. Esta é a primeira coisa que precisa ficar muito clara para ele, todo mundo tem o direito de não ir trabalhar, quem tem que cobrir aquela falta é a administração. Deu o seguinte exemplo, que seria um cirurgião e não foi ao trabalho, e que ouviu neste caso específico, uma entrevista na televisão do chefe da neurocirurgia da unidade que havia recebido um telefonema com um aviso da ausência, já se sabia com mais de 24 horas de antecedência da falta deste profissional e, é um direito dele faltar. A partir do momento que não está presente aquele especialista, o hospital não pode aceitar receber emergência

nesta área específica. Essa criança entrou e ficou 8 horas esperando não se sabe o que, deveria ter sido transferida no momento que chegou para outra unidade. A criminalização é errada, não se pode julgar uma pessoa que falta ao plantão como criminoso. Disse ainda que outra questão que precisa ficar clara, e não sabe se ocorreu nesse caso, muitos profissionais são acusados de faltosos quando na verdade outros colegas fazem o plantão para ele com conhecimento da chefia clínica e da direção. Conclui que o que tem que ser discutido é sobre quais são as futuras ações que pode ajudar a Secretaria a pensar para impedir que casos como este possam voltar a acontecer. Quando houver faltas irá se trabalhar com a substituição ou transferência imediata do paciente, basicamente é isso e a pergunta seria se já há algum caminho neste sentido. **Sr. Carlos Henrique** (Marreta) disse que o Sr. Caiafa falou uma boa parte do que ele gostaria de perguntar. Disse que tinha que haver uma condição de substituição de uma pessoa que já era faltosa e que havia avisado que ia faltar novamente, esse é o primeiro ponto. O segundo, demorou-se 8 horas para se tomar uma decisão e então transferir a menina para outro local. Tem que haver um poder de ação, porque não existe só um psicólogo, um neurocirurgião, mas sim diversos profissionais, e principalmente, um clínico geral que poderia ter tomado a iniciativa da transferência diante da gravidade. **Sra. Miriam Andrade**, representante dos profissionais de saúde no Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, disse que respeita muito os profissionais que trabalham e são servidores públicos em toda a unidade de saúde no Rio de Janeiro. Afirmou que tem um plano de saúde não muito bom e quando os seus filhos ficam doentes não utilizava esse plano, mas sim recorria a uma emergência para ser atendido por um médico público, seja no Hospital Sousa Aguiar, Miguel Couto ou Salgado Filho, por confiar muito nesses profissionais. Disse ainda que também é uma profissional e gosta de estar vendo-os atuarem com toda a presteza. Como profissional e não querendo dizer que é só por isso, o salário dos profissionais da nossa rede precisa ser melhorado, Dr. Hans. Vemos a discrepância entre a OS (Organização Social) e o funcionário público, diz isso para que seja avaliada a longitude que está e avaliar no futuro. Outra coisa, que inclusive tem desestimulado médicos, é que viu duas médicas que tinham acabado de passar em concurso, mas estavam pedindo exoneração por conta do caos encontrado no setor e que pelo valor que ia receber preferiu pedir exoneração e se inscrever na OS para trabalhar. A falta dos profissionais na rede pública está muito recente, na rede de Atenção Básica que está sendo vista como a menina dos olhos está tendo falhas, porque os médicos das OS's não estão indo trabalhar. O Conselho não é para ser pedra, mas sim para fazer crescer junto com a Secretaria, queremos o bem de todos para então termos o bem para nós. Para finalizar, disse um parente foi atendido na UPA de Costa Barros, ficou no soro e depois da aplicação foi diagnosticado que precisava ir para um hospital de grande porte para uma cirurgia de emergência. No dia seguinte teve alta e nada foi escrito para ele. Procurou depois a Clínica da Família em Costa Barros, não conseguiu ser atendido, pois a médica não foi. Saiu da Clínica e foi levado por própria nos braços para o Hospital Sousa Aguiar. Naquele hospital queriam que eu o levasse para o CER e como estava estressada disse que não ia mais carregá-lo para outro local já que já vinha de outras duas unidades. Conclusão, hoje o paciente está diagnosticado com câncer terminal com 54 anos. Está há mais de 6 meses acompanhado por uma Clínica e uma UPA e hoje se encontra em estado terminal. Então disse que este caso é para mostrar a situação que encontramos lá fora. As aparências da Clínica da Família e da UPA são ótimas, mas temos profissionais, principalmente médicos, que estão trabalhando com 72 pacientes de 7 da manhã até o meio-dia por não ter outro companheiro atendendo os pacientes e como CIST (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador) precisamos defender o profissional que está sendo exposto, inclusive os da OS. Pediu que pegassem o caso do Hospital Salgado Filho, mais essa questão levantada e que ficará na ata para discutir e melhorar este sistema. Não é só implantar, está acontecendo alguma coisa muito grave. **Sra. Helena Manhães**, representante do CDS da AP 3.2 iniciou sua fala dizendo se alguém criminalizou o médico, não foi a Secretaria e gostaria de deixar isso claro. Ninguém ouviu dele nenhuma referência criminal, falou sim sobre a falta e que essa falta tem consequências, e que quanto mais falta, maiores tem que ser as consequências e isso precisa ser apurado. E para apurar o caso a medida administrativa mais adequada foi o inquérito administrativo pelas características que nosso gestor explicou ser adequada. Então criminalização por parte da

Secretaria foi zero. Inclusive internamente alguns dias depois foi enviado um e-mail para toda a Secretaria. Prosseguiu dizendo que não conhece o médico Adão pessoalmente e tudo que conhece sobre ele todos conhecem, fica triste ao ver um colega passar por uma situação deste tipo, mas hoje graças a Deus o país é cada vez mais transparente e os pequenos erros passam a ter consequências. Disse que parece ser o desejo de todos. O fato dele ligar ou ter recebido uma ligação não o exime da sua obrigação como todos bem sabem, ele tem que estar presente por sua responsabilidade naquele plantão. E pela declaração da imprensa, quem ouviu a ligação afirmou que foi informado que ele não estaria dispensado do plantão e que deveria comparecer. Se assim é, não teria nenhum motivo ou razão plausível. Surgiu na imprensa a questão demissionário e isso não existe no emprego público, ou se pede demissão ou não se pede. Não há nenhum documento dando entrada num processo de demissão. Nada disso passou pela Secretaria, são constatações assumidas pelo próprio colega, todas as consequências que adviram e por parte da Secretaria a única e obrigatória foi o inquérito administrativo e todas as demais consequências são absolutamente externas ao nosso controle, foram consequências de suas próprias declarações. Sobre o plano B sempre teve, hoje é um hábito que nunca tem e é um ponto que será esclarecido pelo inquérito e pela investigação policial. Do ponto de vista da tranquilidade se um plantão está desprovido de um determinado recurso em um determinado momento, o SAMU sabe, a Central de Regulação sabe e na medida mais própria possível esses pacientes são transferidos para outras unidades. Como exemplo, no Hospital Municipal Lourenço Jorge não tem na emergência neurocirurgião há anos e nem por isso as pessoas deixam de ser atendidas, elas são atendidas e depois redirecionadas para os locais necessários e assim sempre foi e continuará sempre por não ter recursos infinitos. Pode ocorrer de terem dois profissionais de plantão e ocorrer um problema com os dois, não por falta simples, mas por não poderem ir mesmo. Isso sempre houve, agora de fato alguma coisa aconteceu no tempo de transferência, isso no inquérito policial e administrativo poderão esclarecer. A Secretaria não tem nenhum poder, nem ferramenta, e seria até um desatino querer ser mais relevante que o inquérito administrativo da SMA e policial, já que não temos nenhuma estrutura que possa se sobrepor a essas investigações. Todas as questões só serão respondidas a esse Conselho, ao Secretário, ao corpo da Secretaria, ao diretor, ao corpo clínico do Hospital, a população do Rio de Janeiro e ao Prefeito da cidade após o fim das investigações. Cabe hoje a polícia e a Secretaria Municipal de Administração trazer as respostas que todos queremos. Podemos debater horas e consumir tempo da pauta e me manifestei contra aumentar o tempo por isso, porque não temos informações e não porque não queremos debater. Nem como Secretário tem acesso ao inquérito, está correndo sob sigilo. Disse que não tem esse poder e nem tudo pode ser resolvido dentro da Secretaria por mais que se queira. Existe lei e deve se respeitar esta lei que diz que o inquérito administrativo é feito pela Secretaria Municipal de Administração sob sigilo em todos os casos. Não foi pedido por nós esse sigilo e o inquérito policial segue a cronologia da polícia. Prosseguiu dizendo que é simples entender que tão logo se tenha informações isso será passado a todos, podem ficar discutindo mas será decepcionante por não ter mais o que dizer. Repetiu para deixar claro que esta Secretaria não criminalizou ninguém, as regras de substituição de plantões são claras e sabedoras há muito tempo definido pelo Conselho Profissional que define isso com clareza e as responsabilidades que cada um de nós tem ao assumir o plantão. Em toda sua vida nunca faltou um plantão, quer seja público ou privado e que sua geração não era comum essa situação, porque as consequências existem, mas que parece que de um tempo para cá as pessoas parecem desacreditar das responsabilidades que tem que assumir. Disse não ter dúvida de que é preciso melhorar as condições de trabalho, e que está trabalhando para isso, mas não é isso que vai justificar a falta dele. **Sr. Ludugério Silva** continuou com a reunião para o item **4) Esclarecimentos sobre o fechamento da Maternidade Oswaldo Nazareth - Praça XV**. Foi dada a palavra a **Dra. Maria Auxiliadora**, Superintendente da Secretaria, dizendo que em relação a esse esclarecimentos esteve no Conselho em fevereiro e por não estar em pauta não teve oportunidade de falar naquele momento. Em meados de fevereiro houve a decisão de gestão pela Superintendência e Secretaria de desativação do prédio da Maternidade Fernando Nazareth pela possibilidade predial de se manter um funcionamento de uma maternidade seguido esse período de solicitação de

devolução do prédio a Marinha. Essa é uma história que se arrasta há muitos anos e por muitos momentos a Secretaria conseguiu manter o prédio junto a Prefeitura e neste momento tivemos a decisão final dos proprietários do prédio de solicitação de devolução, associada a uma dificuldade crescente na manutenção do prédio se decidiu do ponto de vista racional, técnico e de respeito às necessidades da população de mantermos uma locação temporária para os servidores da unidade. O primeiro equívoco surgiu em fevereiro, como se fosse um prédio fosse da Prefeitura e estivesse sido entregue e o segundo equívoco é que os servidores são majoritariamente federais, isso também não é verdade, a Maternidade contava com cerca 450 profissionais dos quais cerca de 100 e poucos federais e destes 20 e poucos de níveis superior e os demais funcionários administrativos e de nível médio. Naquele momento houve a previsão programada das demais maternidades da rede em absorver a capacidade de atendimento da Maternidade Praça XV que naquele momento estava em torno de 250 a 280 nascimentos/mês. Essa capacidade pode ser bem absorvida pelas demais unidades do entorno da Maternidade Praça XV. Disse que todos estavam acompanhando há alguns anos a implantação do Programa Cegonha Carioca que foi um divisor de águas na definição e segurança da gestante que desde o seu pré-natal já sabe onde o bebê irá nascer, qual o local de atendimento da gestante e tem-se hoje muitos mais instrumentos que se tinha a um tempo atrás para fazer esse reordenamento, esse redirecionamento e essa garantia do atendimento. A Maternidade Oswaldo Nazareth está situada na AP 1.0 onde não faltam leitos obstétricos, pelo contrário é uma área que atende a vinda de gestantes de outras áreas da cidade, então esse reordenamento e redistribuição foi possível de ser feita com a lotação temporária de todos os servidores municipais e federais no Hospital Maternidade Fernando Magalhães e isso foi seguido nas semanas seguintes ao feriado do Carnaval, a um processo aí sim definitivo dos servidores em outras maternidades que puderem. Houve uma diretriz clara do Secretário de um cuidado absoluto dos servidores e até o presente momento disse ter falado mais da responsabilidade de garantir o atendimento com nenhuma gestante deixar de ser atendida, sem referência durante a hora do parto. E além dessa preocupação, houve a todo o momento um respeito a história, a uma curva de aprendizagem, a um acúmulo que os profissionais com muita responsabilidade levaram o trabalho na Maternidade Fernando Magalhães. Diante disso, também como uma diretriz do Secretário entender a situação dos servidores federais abrindo a possibilidade de estarem de volta para unidades do próprio Ministério da Saúde e aos servidores municipais em parceria com a Coordenação de Gestão de Pessoas com o Sr. Marco Esser e Fátima Soares para abriremos possibilidades de lotação em outras unidades mas a grande maioria preferiu ficar na área central. Trabalhamos com uma parceria muito grande com os profissionais do Hospital Maternidade Fernando Magalhães na acolhida e cuidado com a chegada destes profissionais, principalmente neste momento de lotação temporária. E que estão na finalização deste processo de lotação definitiva mantendo a capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde com o entrosamento bastante profícuo de equipes e de uma cultura bastante institucional que sempre foi respeitado na Praça XV. Disse que não sabe se todos sabem do manual que sempre foi respeitado na Praça XV e que as Maternidades trabalham juntas há muito tempo, tanto na solução de seus problemas como na implementação de boas práticas, tendo uma tradição de reunir técnica e gerencialmente essas unidades. Então, entendemos essa rede não pelas paredes de cada unidade, mas entendemos o cuidado das grávidas na rede de gestão direta do município como um compromisso que é técnico, de gestão, de garantia de acolhimento e de boas práticas para gestante. E nesse sentido são as pessoas que estavam trabalhando na Praça XV e que hoje escolherão a sua lotação em outras unidades. **Dra. Maria Auxiliadora** insistiu que a capacidade de atendimento da Secretaria foi preservada e essas pessoas ampliaram a capacidade de atendimento nessas unidades. Os leitos existentes de maternidades hoje, sem os leitos do prédio da Maternidade da Praça XV, são mais do que suficientes para as gestantes do Rio de Janeiro. Existe um desafio do Secretário Hans e do Subsecretário João para ela por conta da forma de divisão ainda um pouco desigual dos leitos, mas justamente onde falta leito é na AP 3.3 para cima. Aqui na região Central não faltam leitos obstétricos. A volta da obstetrícia no Hospital Pedro II na Zona Oeste e a inauguração do Hospital da Mulher Mariska Ribeiro reduziram um desequilíbrio histórico na cidade mas ainda temos alguma preocupação com essas reuniões. Insistindo neste ponto, no Centro da cidade não

há falta de leitos obstétricos. E por fim, lembro que este processo foi cercado de todo cuidado na medida do possível do que o Secretário chama das decisões de gestão, de termos que tocar a vida, precisar responsabilmente garantir o melhor para a segurança das gestantes e dos profissionais, mas durante todo o processo inicial, durante quase três semanas, uma ambulância se manteve na porta da maternidade. A informação na Atenção Básica que tem uma articulação interessante com o Cegonha Carioca é o local onde a gestante estava no pré-natal circulou muito rapidamente. E do ponto de vista técnico, racional e do ponto de vista daquilo que se admira em outros países como o Canadá e França, a decisão foi mais que adequada do ponto de vista de utilizar os recursos em favor da população finalizando sua fala. **Sr. Ludugério Silva** abriu as inscrições para os questionamentos dos Conselheiros. **Sra. Miriam Andrade** disse que o relatório aqui apresentado e que não concordava como o que foi falado sobre a dinâmica como se deu o episódio com toda essa tranquilidade. Disse ter vivenciado a mudança na porta da maternidade, vivenciamos pacientes sendo transportados pela ambulância sem médicos chegando sem saber que Maternidade havia fechado e isso causou transtornos. Disse que isso foi vivenciado não apenas pelo Sindicato dos Profissionais da Enfermagem como por outros sindicatos. Vivenciamos servidores chorando, o que é normal pensando em servidores que trabalharam por décadas e tinha a maternidade como a sua casa para ter que ir embora. Vivenciamos que os responsáveis por transportar os pacientes na ambulância informando que eles estavam ganhando por paciente que estavam carregando. Tudo isso foi ouvido por lá. Vivenciamos um aviso de saída num período de Carnaval, período esse turbulento com tudo fechado. A justiça trabalhando apenas de forma emergencial de modo que se precisasse entrar com uma notificação só poderia ser em caráter emergencial. Disse então que foi vivenciado muito despreparo daqueles que assistiram. Prosseguiu dizendo que foi feito um organograma no papel mas na prática não foi vivido como a senhora está colocando. Disse ainda que está sendo vivenciado hoje servidores que foram enviados para a Maternidade Fernando Magalhães e que por lá houve um despreparo com falta de lugar para trabalhar, não havia lugar nem para ficarem no posto de enfermagem, pois já havia 4 profissionais da Maternidade Fernando Magalhães de plantão e quando chegaram os profissionais da Maternidade Oswaldo Nazareth houve uma falta de entendimento e não havia local no posto de enfermagem para a lotação destes funcionários, tendo que voltar por demanda da própria chefia. Não foi um processo muito tranquilo não, foi bem dolorido e que precisará de um longo prazo para ser cicatrizado. O que está sendo vivenciado hoje sobre a lotação em definitivo, o servidor que trabalhou na unidade há anos, esses servidores quando entraram fizeram a opção do horário de trabalho se noturno, diurno, diarista, plantonista, então temos servidores que tem o seu plantão noturno não porque ele gosta de trabalhar à noite mas sim pelo dinheiro a mais que entra por trabalhar de noite. Esses nos lugares que estão hoje, estão sendo informados “na boca miúda” que vão ter que sair da noite e ir para o dia, porque a demanda é muito grande já que foram muitos funcionários e isso é respeitado porque o profissional deve estar a cargo do serviço público dentro da unidade. **Sra. Miriam Andrade** pediu um carinho da Secretaria por este servidor que tem a sua vida financeira estabilizada por conta do dinheiro a mais, seja pelo trabalho noturno como por um cargo que tinha. Não se pode permitir que ele seja colocado de dia por não haver espaço à noite e dane-se o adicional noturno dele todo regulamentado. Disse estar colocando as demandas que chegaram com os auxiliares de enfermagem no Sindicato, que estão sendo informados que terão que passar para o dia e não há conversa nesse sentido é uma barganha. Para fechar o assunto da forma trágica como foi tratada a Praça XV, pediu a Secretaria um carinho com os servidores que tiveram que sair da Praça XV e serem lotados em outras unidade e que são servidores de muito tempo com adicional noturno em seu contracheque. Que pensassem bastante antes de retirar esse adicional de seus contracheques. Para finalizar, a nova Maternidade Maria Amélia e no tempo de criação era Conselheira da AP 1.0 e o Dr. João não era o Subsecretário, tem-se ata do Conselho Distrital com a presença do Secretário, que se for chamado comparece também nas reuniões dos Conselhos Distritais e foi feita uma discussão sobre a Maternidade Praça XV e sabia-se que estavam esperando o ano eleitoral passar para não prejudicar a eleição do Prefeito Eduardo Paes. Em um acordo no passado dentro do Conselho era que os profissionais da Maternidade da Praça XV iriam para esta

maternidade que hoje é gerida por uma OS e está em ata. Que gostaria de pedir de novo respeito aos Conselheiros, e um esclarecimento sobre isso, pois houve uma demanda no Conselho, houve um informe no Conselho Distrital, e também uma informação para os funcionários que estavam presentes no Conselho de que a Maternidade nova iria todos os funcionários da Maternidade Praça XV o que não aconteceu. Disse não saber se é uma maldita ou bendita OS. Não é um desabafo, mas sim coisas que estão escritas dentro da ata de um Conselho Distrital. E esse processo não foi tão bom e tranquilo assim não. **Sra. Laura**, representante do Sindicato dos Médicos como e suplente do Sr. Romano e anestesista da Maternidade da Praça XV, disse que queria falar diretamente sobre o sequestro da Maternidade Maria Amélia por uma OS, se isso não tivesse acontecido não teríamos passado por tudo isto. Disse acreditar que faltou com certeza um entrosamento entre a Secretaria e os funcionários. Quanto aos pacientes seria necessário conhecer o relacionamento da Secretaria com a unidade. O prédio realmente é bastante velho e que gostaria muito de ver a Baía de Guanabara todos os dias, mas estava muito velho. Todos sabiam que o prédio era da Marinha e que um dia seria devolvido e que só lamentava, já que em 2009 foi conversado sobre a maternidade, por achar que a maternidade era deles, funcionários. Lamentava tudo isso e também essa transferência súbita a qual se pergunta todo dia sobre o projeto da Prefeitura de Acolhimento e Humanização, mas apenas do paciente, para o funcionário público não há este acolhimento. Nós estamos nos sentindo muito mal, em uma situação à véspera do Carnaval subitamente todo mundo teve que sair correndo com muito choro, sem falar nas condições. O acolhimento foi bom porque é uma coisa humana do próprio colega de trabalho que recebeu, então lamentamos muito, principalmente agora que estava fazendo parte do Conselho que deveria ter o papel de interferir. Disse que o SUS (Sistema Único de Saúde) é lindo, mas precisa ser respeitado através de parceria de forma mais cuidadosa de forma que o paciente seja bem atendido, o profissional seja bem atendido. E que a função da Secretaria é coordenar, é a maior, que mexe com o dinheiro, que vai contratar, que vai ver que nós vamos trazer. A maternidade funcionava como uma Santa Casa do início do século, funcionava muito bem e o trabalho era muito bonito. Lamentava imensamente a perda da Maternidade Oswaldo Nazareth que se pudesse ser recuperada e um dia o Secretário quiser tirar aquela OS e colocar em outros hospitais e nos levar para lá, nós iremos correndo. Uma queixa muito grande é que tem quase 25 anos de matrícula e entrou por um concurso de prova escrita, prática, com vários títulos e recebe R\$ 2.800,00 mais o adicional noturno que vai para R\$ 3.400,00, então tem uma série de coisas que precisava ser conversado mais próximo ao senhor já que estamos muito distantes pelo bem da saúde, pois nós queremos trabalhar na saúde, queremos participar. Afirmou saber que o projeto da Secretaria não é o mesmo do Sindicato. Acredita que devam ser bem remunerados, respeitados, nós fazemos parte. Disse que não irá sair do serviço público, nem que o Dr. Hans a pague R\$ 2,00, e que vai ficar até o final, pois tem certeza que o senhor irá remunerá-los bem, que esperaram isso no fim do ano passado e que continuam esperando no fim deste ano porque sabem que o Secretário tem consciência de que quem está segurando os plantões de Natal, Ano Novo são os concursados há 20 e poucos anos, e essas pessoas não vão sair, pode contar com eles, mas que eles também querem participar. **Sr. Geraldo Batista**, representante dos usuários e Presidente da AP 5.3, disse que costumava dizer que o mais importante para os usuários era a questão de serviços. Como Presidente do Conselho não pode pensar na defesa de um só segmento, o Conselho é um Colegiado e cabe ao Presidente do Conselho coordenar a defesa de todos os Colegiados. Quando um servidor, médico ou profissional de saúde, independente do que for é um servidor público. Se este estiver feliz trabalhando onde está vai fazer um serviço muito melhor, quando mais satisfeito estiver no local, os usuários serão beneficiados sendo atendidos por este servidor. Falou que gostaria de saber da Secretaria qual é o grau de satisfação dos servidores lotados entre as unidades. Perguntou se já houve essa conversa com os servidores que deixaram a unidade e foram alocados em outra. Se estão satisfeitos em seu novo local, se estão pedindo algo melhor, encontram-se perdidos em sua nova unidade, até porque muitos servidores estavam há décadas trabalhando na mesma unidade. Disse que quando um serviço é interrompido, existem muitos servidores que por gostarem de prestar serviços naquela unidade, protela muitas coisas, como por exemplo não tirar as férias, licenças a que tem direito por se sentir bem de estar lá e a segunda pergunta era se

houve na Secretaria muitos pedidos de afastamento dos servidores que tinham suas férias vencidas e por sair do ambiente que se sentia bem pediu para tirar agora por estar insatisfeito onde foi alocado. E também de saber qual foi o impacto, logisticamente falando, que o fechamento desta unidade causou nos usuários desta região, já que a unidade era referência até mesmo para moradores da Zona Oeste que passavam pelo corredor da Avenida Brasil chegando com mais facilidade na Maternidade da Praça XV do que na Maternidade de Bangu. O problema viário da Zona Oeste impossibilita os usuários a buscar o serviço de saúde, em especial as especialidades, já que nos Programas de atenção básica como por exemplo o Saúde da Família nossa região está plenamente contemplada. É preciso melhorar muito o serviço de especialidades, já que muitos especialistas não desejam trabalhar na Zona Oeste que está se tornando mais difícil com o impacto da moradia cada vez mais crescente na região. Questionou ainda como está sendo o acolhimento dos usuários desta região nas outras unidades finalizou sua fala agradecendo. Foi dada a palavra ao **Sr. Milton Lima** dizendo que na ata de dezembro consta que o Sr. Rogério Gonçalves foi designado por nós para analisar a mortalidade materno-infantil em qualquer situação. Discutiu-se esse assunto na Maternidade Souza Aguiar que ia substituir a Maternidade da Praça XV, porém as duas continuaram funcionando, nesse caso a observação é que a Maternidade da Praça XV está numa área inadequada. A Maternidade da Praça XV sempre esteve ameaçada de demolição, disse que se não se engana foi o Secretário Ronaldo César Coelho que conseguiu o prédio anexo ao Hospital Souza Aguiar para abrigar a Maternidade da Praça XV. Após a conclusão das obras e instalação dos equipamentos, levou-se algum tempo para resolver essa transferência da Maternidade da Praça XV para o novo local com o nome de Maternidade Oswaldo Nazareth. A Maternidade Leila Diniz levou o nome e não foi levado o nome do Dr. Oswaldo Nazareth que foi protelado para a Maternidade da Praça XV aguardando a transferência para o novo prédio no Hospital Souza Aguiar, que após as obras concluídas recebeu o nome de uma ilustre dama que nada tem haver com a medicina e particularmente com a obstetrícia, fez apenas o parto de seu filho Chico Buarque e seus oito irmãos em detrimento de Oswaldo Nazareth que fez dezenas de partos e é nome consagrado na medicina obstétrica. Disse que essa troca de nomes deve parar na justiça por ser absurda. **Dra. Maria Auxiliadora** assumiu a palavra agradecendo as perguntas dos Conselheiros que auxiliam a trazer esclarecimentos mais precisos e que foram falhas de sua fala inicial. Afirmou que nunca disse que foi fácil, sempre soube que a vida que escolheu em trabalhar ou na militância dos movimentos sociais ou nos serviços públicos de saúde não é uma vida tranquila. De quatro anos para cá entendeu que a vida é dura, uma frase que o Secretário nos lembra a todo o momento. Não foi tranquilo, o que asseguro para todos é que foi seguro. Nada foi feito que pudesse colocar em risco as gestantes. Qualquer denúncia de infrações administrativas nos transportes devem ser levadas aos meios cabíveis. A Secretaria não contratou nenhum serviço especial para esta remoção. A Secretaria tem muito orgulho de ter disponibilizado através do Projeto Carioca um recurso que estava devendo a muito tempo para as gestantes que andavam em trabalho de parto peregrinando. Desde 2011, a Secretaria conta com um serviço exclusivo para as grávidas que não tem médico, porque toda a legislação de transporte do Brasil e de outros países normatiza quando precisa de médico numa ambulância, não tendo nenhuma irregularidade nisso, sendo uma questão técnica que já esclareço aos senhores. Outras infrações administrativas precisam ser levadas a cabo. Prosseguiu esclarecendo que não recebeu de nenhum chefe de serviço, nem da direção e de nenhum profissional da XV nos contatos próximos que teve através do CRH ou Ouvidoria relatos de desrespeito aos profissionais. Existiu sim tristeza, reconhecimento de um trabalho de excelência, lembrou que o Secretário já propôs imediatamente na figura da Dra. Ana Beatriz a definição de um grupo de trabalho para pensarmos como preservar a curva de aprendizado da Praça XV. Disse que para o Sr. Milton Lima que os servidores se referem a Maternidade e querem que a marca daquela maternidade seja conhecida pelo nome de Praça XV, com todo respeito ao Dr. Oswaldo Nazareth e lembrou que enquanto mulheres como ela, Carla Brasil e Diana Valadares estiverem por aqui, a Maternidade vai ter nome de mulher. Disse que a Dona Maria Amélia recebeu a homenagem por ideia das mulheres de dentro da Secretaria e não do Prefeito ou outra autoridade masculina, foi acatada imediatamente por ser uma mulher que acompanhou a democratização deste país. Foi uma enorme companheira para um

grande intelectual brasileiro e foi mãe. Ser mãe não é muito simples, ser mãe de 8 filhas que engrandecem esse país. Na ausência de outras sugestões, acredita que foi uma boa escolha. Para concluir o assunto disse que os servidores da Maternidade Praça XV preferem essa designação ao nome Oswaldo Nazareth, com todo respeito e conhecimento ao grande profissional. Disse continuar abertos, ela, Marcos e Suzana Menezes que assessora a parte da Superintendência, é uma referência direta da Enfermagem e que estava se referindo a esses profissionais pela citação de termos um número grande de profissionais nesta área e que todos os casos estão sendo cuidados com o maior carinho que o pedido chega para referendar o processo que está sendo feito. Prosseguiu esclarecendo que como profissional sabe que se todos quiserem ficar no plantão de domingo à noite, não haverá ninguém na terça-feira pela manhã, então essa escala precisa e deve ser racionalmente pensada. Ninguém mudou o horário essa semana, e isso será discutido no mínimo daqui a três meses se houver necessidade de mudança. Outro ponto importante e que foi lembrado pela colega do Sindicato dos Médicos é que este acolhimento e humanização que é trabalhado o tempo todo, sempre passa pelos profissionais. Quando disse que a rede de maternidades trabalha integrada e não dentro de paredes, Sra. Laura, isso se repercutiu da forma que os profissionais foram recebidos na locação temporária na Maternidade Fernando Magalhães, com tudo que implica de uma chegada na decisão de não disseminar as pessoas e de acordo com a necessidade das mulheres da Secretaria, se optou no começo até para que os profissionais tivessem um tempo necessário, para não ter a obrigação imediata de a pessoa decidir para onde gostaria de ir. Disse ficar feliz quando a Sra. Laura traz esse momento de acolhida calorosa aonde estiver. Respondendo ao Sr. Geraldo da AP 5.3 sobre a questão de pesquisa de satisfação do estado atual dos servidores, disse que isso ainda está em curso e sendo finalizado nos próximos dias, primeiro começou-se pelos profissionais de ensino superior, porque tem um quadro importante de servidores que permanecem na Maternidade da Praça XV com toda a organização que isso implica, mas os canais estão completamente abertos, tanto os canais que os servidores tem como Recursos Humanos, como canais que se tem no âmbito da SUBHUE. Essa logística de lotação, como já disse, seguiu um leque de opções colocados para os servidores, a maioria dos servidores preferiu estar em maternidades. Embora tenha tido toda uma pressão corporativa de abrir vagas em todos os tipos de unidades, para se ter alguns facilitadores para aliviar a distância geográfica da residência do servidor, ou um servidor que trabalha a muito tempo em Maternidade e gostaria de trabalhar em outra área, essa possibilidade foi aberta e as pessoas estão aonde queriam estar. É importante perceber alguns blocos por categoria que estão somando nesta curva de aprendizado. Cada vez mais o cuidado com o paciente tem que seguir protocolos e diretrizes clínicas. Antigamente existia a fala em Congresso com exemplos de como eu faço, hoje isso não existe mais devido a esses protocolos. Hoje nas unidades as pessoas falam a mesma língua, que é a língua dos cuidados bem feitos e científicos. **Dr. Hans** assumiu a palavra dirigindo-se especificamente em relação a Sra. Laura que ao longo desses 4 anos e 3 meses que está a frente da Secretaria teve um contato mais normal entre os Sindicatos e o Secretário e que assim irão longe, através desse diálogo que está sendo posto com toda a sociedade. Disse que gostou muito da maneira que foram colocadas as questões e o que precisou ser pontuado foi feito muito bem pela Dra. Maria Auxiliadora que tem mais propriedade para esses apontamentos. Ficaram basicamente duas questões e queria completar sobre a humanização do profissional e a questão da unidade propriamente dita. Em 2009 quando chegamos nessa Secretaria faltava 200 milhões de reais para conseguirmos suprir ao menos o básico. Um dos primeiros lugares que foi feita a visita de hospitais de urgência e emergência para dedicar trabalhos foram as maternidade e começamos ainda naquele ano com todas as dificuldades possíveis procurando recompor as maternidades o que não é mais do que obrigação da Secretaria, mas que ficou abandonado durante anos e anos e são coisas que refletem produção do trabalho, estrutura e equipamentos. Desde de 2009, depois em 2010, sucessivamente até 2012 e não querendo dizer que a situação foi resolvida mas tem absoluta convicção que a estrutura das unidades e não só das maternidades, está muito superior. Não ficou apenas nos equipamentos, mas também em reformas do refeitório, local de descanso. Algumas unidades conseguiram, enquanto que em outras ainda estão por fazer, pois ainda temos

lacunas a serem preenchidas. Os Hospitais Souza Aguiar e Salgado Filho, onde um estava com o prédio para cair e com as piores condições de trabalho e graças a Deus as reformas estruturais foram feitas, a alimentação que é muito importante onde as cozinhas passaram por reformas dando condição sanitária a essas cozinhas. Poderia ficar falando sobre diversos casos que tem sinergia com o que foi colocado, o dizer isso não quer responder e dar a impressão ao Conselho que foi feito tudo que se podia. Temos a absoluta convicção que ainda tem muito que fazer e dialogando se faz muito mais. A questão salarial que é muito importante é uma das únicas coisas que não dependem do Secretário, porque falamos isso com os interlocutores há anos. **Dr. Hans** disse não ter o poder de aumentar os salários caso queira. É óbvio que como parceiro tem o compromisso de buscar melhor remuneração possível para os profissionais de saúde. Dentro das ferramentas de gestão disponíveis na Secretaria, o salário médio dos médicos ligados a Secretaria de Saúde é muito maior do que era, infelizmente esse salário médico não reflete a realidade de todos que estão lotados e traz o benefício via OS que não se reflete tão firmemente nos servidores, mas em termos de salário médio e tempo de vida profissional na administração direta e na organização social, o tempo de vida ainda é maior na administração direta embora não acha que se encerre por ai. Fora isso que de fato não se tem muito que fazer e não diz respeito a minha gestão, mas sim na gestão da Fazenda, da Administração e da Casa Civil, o que a Secretaria de Saúde pode é argumentar, sugerir, para além disso não se tem dúvida que está se trabalhando sempre com o olho no profissional. Olhamos para o usuário que é o nosso trabalho final, e que diz como médico que o nosso reflexo é proteger o paciente mas todos na Secretaria tem a convicção que esta proteção passa obrigatoriamente a proteção ao profissional. Sou parceiro, seu discurso é o meu discurso, mas que há dificuldades. Prosseguiu dizendo estar tranquilo, pois ao longo desse tempo de Secretaria colocou as questões na mesa para mostrar a disponibilidade em conquistar melhorias. Com relação a unidade propriamente dita é muito fácil buscar relatos de muito tempo atrás, porque o Secretário que se comprometeu não entregou e, é fácil dizer que vai transferir a Maternidade da Praça XV para outro lugar, falar que vai construir e nada fazer. Então esta ata não absolutamente nenhum efeito pragmático, o sujeito promete e não entrega a maternidade. Não estava se justificando, até porque não via necessidade de se justificar por isso. Disse que o que fez o trabalho da nova maternidade trabalhou na perspectiva de manter as duas maternidades e, esse assunto vem de 10 há 15 anos sem solução e sempre se conseguiu manter até que chegou o momento que não se conseguiu mais. Trabalhamos para manter as duas maternidades mas não foi possível e então foi feito o que podia de melhor com um cuidado enorme depois de expandir muito o sérico na cidade com a criação de diversas maternidades como a Maria Amélia, a Mariska, a do Pedro II. É outro cenário, outra questão e todos se sentem felizes pelo que está sendo realizado. Nenhum de nós tem prazer de dizer que fechou a Maternidade da Praça XV. Nenhum de nós gostaria de passar por isso, ninguém vem ser Secretário de Saúde para fechar unidades mas apesar disto pelo menos foi possível fechar sem parar de atender a população, sem cuidar da melhor forma que se entendeu dos profissionais. Esse processo não chegou a mim por nenhuma notícia de mão desassistida, criança mal transportada por nenhum canal até hoje. Já que tinha que ser feito, nos preparamos adequadamente, criando vagas adequadamente já que era uma ameaça constante que sabíamos que existia. Temos um serviço que é absolutamente incomparável ao que encontramos da gestão passada. Especificamente na área relacionada ao materno-infantil. Não irá delinear isso, mas respondendo ao Sr. Geraldo, quem fizer o pré-natal não irá precisar do serviço público, que a paciente ligue e a ambulância vai até sua casa buscar. É um luxo que não é mais do que um direito ao cidadão que só a cidade do Rio de Janeiro tem. **Dr. Hans** disse que desconhece outra cidade com serviço semelhante para sua população. De novo afirmou que ainda se tem problemas e que mais uma vez reiteradamente qualquer segmento, usuário, profissional, gestor de qualquer esfera, imprensa, prefeito, Câmara dos Vereadores, Conselhos Distritais, Municipais e Estaduais, Ministério da Saúde, que estamos sempre abertos a conversar e conversamos com quase todos os segmentos da sociedade sem o menor problema. Acreditamos e realizamos isso no dia a dia, através do diálogo tentando fazer o melhor que se pode, estando convicto que se acerta mais do que se erra. Despediu-se da reunião, agradecendo e desejou uma boa continuação da reunião. **Sr. Ludugério**

Silva assumiu a palavra para continuar a reunião, chamou o Dr. João para apresentar o próximo ponto de pauta **5) Esclarecimentos sobre a contratação para esterilização de materiais termossensíveis. Dr. João** assumiu a palavra dizendo que neste sistema de esterilização termossensível seria interessante dar algumas explicações técnicas a todos. Disse que nesses últimos 4 anos, tem se dirigido aos Conselhos Municipal e Distritais e a referência como Subsecretário está sempre pautada nas explicações técnicas que embasam as tomadas de decisões, decisões essas que são sempre políticas no sentido maior da palavra. As decisões são políticas, sempre com um componente afetivo, emocional no sentido positivo da palavra que precisa ser considerada, pois envolve a cultura dos moradores, dos servidores, dos prestadores de serviço que é o que faz o controle social. Quis deixar claro a posição como Subsecretário de área técnica para dar explicações sobre essa área específica. A esterilização é um método que diz respeito a métodos físicos, químicos que tentam eliminar no mínimo os agentes microbianos que não enxergamos a olho nu e são geradores de doenças, que chamamos de patógenos e, de preferência toda a vida microbiana. Disse que é claro que este 0 em vita, seja ela de vírus, bactérias, fungos, esses métodos geram um vazio biológico que é transitório. Não existe nenhum ambiente, mesmo hoje em dia que se sabe que no espaço existe formas de vida nas condições mais adversas possíveis há alguma presença. Definir forma de vida e a sua presença é uma área que ultrapassa a filosofia. Na área médica em alguns momentos desejamos que existam micróbios de várias naturezas presentes, isso é positivo e se vê no corpo humano e em algumas condições de tratamento, e existem outros momentos em que não pode ter forma de vida, seja ela bactéria, vírus ou fungos. Essas circunstâncias são os locais de prática de cirurgia, onde externamente o médico cirurgião invade os tecidos e temos parte do corpo que possuem micróbios vivendo normalmente, como a boca, todo o tubo digestivo, estômago, entre outros, e existem áreas do nosso organismo que são isentas de micróbios como o sistema nervoso central, as meninges, as membranas que envolvem os nossos órgãos porque são áreas que não podem ter micro-organismos. Quando invadimos o tecido, ao fazer isso o cirurgião causa um dano controlado com bisturi e depois com a sutura, precisa fazer isso não contribuindo para piorar a situação, precisa usar instrumentos estéreis. O anestesiologista quando coloca um tubo, usa respiradores e gases anestésicos, o intensivista ao colocar o respirador ou um médico ao punçar uma veia, todas essas circunstâncias de materiais que se usam para respiração, anestesia e material cirúrgico, precisamos que eles sejam estéreis. Para isso temos dois grandes grupos de materiais, os materiais termorresistentes, ou seja, resistentes ao calor e os materiais termossensíveis, aqueles que são sensíveis ao calor. Todos os materiais termorresistentes como o ferro da cirurgia, a gaze, os campos cirúrgicos devem ser esterilizados sobre calor, vapor e pressão estéreis nas autoclaves. Todas as unidades hospitalares assim definidas por lei tem que ter um sistema de autoclavagem que dê conta dos materiais que são utilizados, sejam eles cirúrgicos ou não. Para isso todas as nossas unidades tem autoclave e recentemente as unidades tiveram modernização ou troca de seus equipamentos. Existe então a outra categoria de material que não podem ser levados ao autoclave, se forem irão derreter, se desmanchar. Para essas situações é feita uma licitação para que uma empresa externa faça essa esterilização seja por gases, algumas vezes radiação, produtos químicos de várias naturezas. Tudo isso é normatizado pelo Ministério da Saúde e tem a sua maneira de fazer. A questão é o porquê de serem contratados esses serviços e não realizá-los dentro das unidades, porque para o volume que unitariamente cada unidade usa. Montar uma central em cada hospital ficaria economicamente inviável. E a quantidade técnica de procedimentos necessários traria mais riscos do que benefício. O melhor é reunir tudo e levar para um local adequado, assim definido pela Vigilância Sanitária com todas as licenças ambientais já que esses procedimentos podem trazer danos ao ambiente, e assim foi feito. Recebemos esse contrato e na ocasião uma empresa chamada Biox fazia isso. Essa empresa quando chegou próximo ao ano que deveria se fazer a mudança contratual, foi listada a se pronunciar sobre a provocação por mais um tempo ou não até que se fizesse a licitação. A licitação definitiva já vinha sido começada praticamente um ano e meio antes e tinha 3 ou 4 empresas brigando para ganhar. No fim de 2012, essa empresa finalmente se pronuncia dizendo que não tinha interesse em renovar, exceto se o preço aumentasse em 100%. Não há estrutura orçamentária que suporte aumentar em 100% de uma hora para a outra. Não pode ser e a

Procuradoria do Município se manifestou para que fizéssemos uma licitação emergencial e foi definida por determinadas características mantendo os preços originais como todo emergencial tem que ser e uma empresa se apresentou a Formestéril. A Formestéril apresentou todas as licenças, o processo ocorreu em toda a sua plenitude com licença ambiental e todas as demais licenças e certidões da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, a empresa tinha sede em Piracicaba. **Dr. João Luiz Ferreira** prosseguiu esclarecendo que neste ponto vale a pena atentar para o seguinte, todas as instâncias de controle tal como Tribunais, Procuradorias tanto municipais como fora daqui se manifestaram claramente que para o ente federativo contratar uma empresa para prestação de serviços, a empresa precisa estar em território nacional e mostrar suas licenças de origem adequadas para tal e logicamente tem que ter uma logística que permita essa contratação. Todas essas permissões seguiram orientações externas a Secretaria e a SUBGE seguiu o seu passo e essa empresa licenciada a partir de licenças do estado de São Paulo que não é qualquer coisa, foi licitada emergencialmente e começou a cumprir. Foi feito com as unidades um cronograma de entrega do material e recebimento do material já processado para uso, desde o início, e estamos falando de dezembro. Essa empresa começou a falhar tanto em receber como em entregar. As unidades começaram a se manifestar e tomamos as providências entrando em contato com o responsável pela empresa, sempre havia promessas e reuniões eram marcadas sem que o representante da empresa comparecesse a reunião. E precisávamos que esses leitos rodassem, começamos a comprar materiais descartáveis que é mais caro e começamos a aumentar a quantidade de esterilizantes químicos e seguindo as normas da RBC, emitimos uma nota técnica de orientação, as unidades começaram a fazer esse termossensível com um método químico líquido que não é o ideal, mas é possível e correto de ser feito, gerando mais trabalho para as unidades. No início de fevereiro, a situação se torna insustentável e se dirigindo formalmente a SUBGE por ofício, encaminhamos todas as manifestações das unidades inclusive das comissões de petição e de diretores, mostrando as impropriedades logísticas de recebimento e entrega de material e a forma como estava vindo, pedindo providências de multar a empresa ou rescindir o contrato, contrato esse que como era início de ano, orçamento fechado, férias de vários órgãos da Prefeitura não funcionam e o contrato estava em processamento. Essa empresa não tinha nenhuma nota fiscal e não seria acatada nenhuma nota fiscal, e a empresa não recebeu nenhum centavo em função de tudo isso. Não se concretizou o pagamento. A parte disso, elencamos todo o dinheiro gasto na compra de materiais descartáveis, com os agentes esterilizantes químicos, com a necessidade de compra centralizada ou não de outros insumos que deveriam estar incluídos para cobrar este prejuízo da empresa, já que nada disso teria existido se ela tivesse feito o que deveria fazer. Neste intervalo e tomando essa providência junto a SUBGE, o Secretário determinou a nossa ida até a empresa reclamar e pegar nosso material que estava lá, foi uma comissão composta por membros da Secretaria de Gestão, da Subsecretaria de Vigilância Sanitária municipal, e da SUBHUE. Quem tem autoridade legal de agir em Piracicaba é a Vigilância municipal da cidade ou do estado de São Paulo que foi nos acompanhar lá. Ao chegar nós não encontramos, com problemas em todas as questões. Os problemas foram apresentados em depoimento na Delegacia do Consumidor e no Ministério Público Estadual, sobre o motivo da Secretaria não ser avisada porque em nenhum momento nos avisou sobre esse ocorrido, o programa do Fantástico levou 10 dias para investigar a matéria sem nos avisar que não localizavam a empresa no Rio e que ela não existia. O Secretário tem uma sindicância aberta em que ele inquiriu a várias pessoas jurídicas presentes sobre o porquê nós não fomos avisados disso, inclusive indo a Piracicaba atrás de uma empresa que depois soubemos que estava no Rio. Com isso, foi pedido o cancelamento do contrato e foi aberto outro contrato emergencial, e outra empresa de Juiz de Fora apareceu, está em vigor realizando um trabalho até o momento sem queixas das unidades. Nossa comissão foi a Juiz de Fora verificar o funcionamento da empresa de acordo com as licenças mostradas. A par disso, o licitatório definitivo que tinha sido concluído, mas não homologado está sendo revisto pela Procuradoria a nosso pedido, para ser cancelado e iniciado outro, e isso precisa andar logo pelo contrato temporário durar apenas seis meses, finalizando sua fala. **Sr Ludugério Silva** assumiu a palavra indagando se alguém gostaria de fazer pergunta, e teve apenas uma inscrição. **Sra. Carmen Barbeito**, enfermeira, representante do INCA disse que

esse assunto tem que ter um carinho todo especial até por vivenciar através de duas relações, uma por fazer parte de uma Comissão de Infecção Hospitalar e por outro lado por ter feito parte de Comissões de Licitação. A primeira coisa que lhe chamou atenção quando houve a denúncia e toda a reportagem é da afirmação das pessoas em relação às irregularidades desta empresa, fez um questionamento particular de por que uma empresa contratada pela Prefeitura para realizar um serviço público que segundo a Lei nº 8666, que é rígida para os órgãos públicos em relação às licitações pelas quantidades infinitas de documentos e certidões necessários e exigidos, e o que chamou atenção foi a descoberta que a firma era totalmente irregular. Se perguntou como uma empresa caracterizada como irregular conseguiu passar nesse processo licitatório tão desgastante que é. Outro ponto que por acaso percebeu é a questão da utilização do ácido paracético não é tão simples assim, até porque segundo a legislação da RBC, tem que ter todo um aparato de proteção, toda uma exigência em relação a isso. Uma das coisas que a deixava triste, já que participou de processos licitatórios, sabemos que as faturas, mesmo de materiais termossensíveis que são consideradas de pequenas quantidades, são imensas. Se temos condições de fazer OS's, UPA's porque não construir uma área para esterilização para todas as unidades já que não é tanta coisa, por exemplo o INCA sempre teve sua fonte de esterilização própria. Acho que esse ônus do serviço público em contratar uma empresa para realizar esse serviço realmente é questionável, até porque não precisa de tanta infraestrutura assim, montando uma estrutura básica atendendo a exigência da RBC resolve o problema. **Sra. Carmen Barbeito** disse que participou de licitações e as faturas não são pequenas não. O que chama atenção quando se fala da utilização do ácido paracético era que sabe e sabe porque tirou a dúvida em relação ao problema vivenciado em seu hospital, o IASERJ que também foi cortada pelo Estado o fornecimento da BIOX, e chamou atenção porque não tínhamos com o que trabalhar do que o hipoclorito que é conhecido como água sanitária. E trocando palavras com colegas de outros hospitais, chamou atenção sobre o que estava sendo usado como processo de esterilização já que não há contrato com a BIOX, e fui informada que estava sendo usado hipoclorito. Sendo técnicos sabemos que o hipoclorito não é uma fonte de esterilização e sim de desinfecção para determinados organismos. Disse então que este era o questionamento, será que toda a rede está trabalhando com esse agente químico até entrar a empresa nova? Será que realmente esse processo de esterilização combate os micro-organismos novos e multirresistentes que estão surgindo. Disse que como profissional se acha culpada por esses micro-organismos multirresistentes, pois quando faltava um antibiótico na rede, mudamos o antibiótico de tratamento e está mudança de antibiótico foi tornando os micro-organismos mais resistentes e aconteceu que temos micro-organismos novos. Se pergunta se essa responsabilidade não é deles, profissionais de saúde, e estamos aqui não só para criticar mas para tentar arrumar uma maneira de contribuir com todos para diminuir os problemas de morte de infecção. **Dr. João Luiz Ferreira** assumiu a palavra dizendo que na área técnica de lidar com controle de diálise com vírus B ou C positivo. Disse entender o que foi colocado e o que ocorre é bem objetivo, em relação a esterilização e utilização de paracético é limitado e por isso que ficou com a nota técnica de validade limitada de final de janeiro e início de fevereiro até agora. Foi um período curto em que as unidades tiveram que deixar de usar o paracético devido a alguns resíduos que devem ser controlados. Sabe-se dos riscos limitados que foram submetidos. A RDC permite isso e nada foi recomendado nada que não seja liberado pela autoridade sanitária, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Foi seguida uma norma até porque as posições precisam ser tomadas por um especialista na área. O paracético foi utilizado de maneira universal durante um período curto, o hipoclorito não foi utilizado, o hipoclorito não é um agente nesse sentido. Tanto o paracético, como o hipoclorito e o formaldeído são usados em desinfecção pelos níveis e concentrações utilizadas em hemodiálise, para inaloterapia, respiradores e anestésias por conta da toxicidade. Esse assunto é complexo e estamos tentando explicar para que todos entendam e possam tomar as decisões, e que poderia garantir a todos que houve o uso limitado por um período curto em determinados materiais absolutamente imprescindíveis, que não conseguia comprar descartável. Do restante foi usado descartável apesar do custo, e é isso que está sendo cobrado da empresa, esses prejuízos. Com relação a observação muito bem feita, disse não ter autoridade para garantir mas está nos planos da Secretaria a possibilidade de termos

uma unidade própria para isso. Está sendo estudado pelo Secretário e por toda a Secretaria a possibilidade de ter isso. O Estado se dirigia a iniciativa privada quando esse serviço permite concorrência que é tecnicamente bem feito e o preço é aceitável. Hoje na área de esterilização, sem fazer críticas pessoal as empresas, esse serviço não estão facilmente disponíveis, é quase um monopólio e temos dificuldade com preços. Ainda que mesmo com tudo isso o serviço fosse uma maravilha, notável, não é verdade. Se formos analisar cada uma delas de novo, sabemos que nenhuma empresa é 100%, mas nesse caso precisamos de uma empresa 100%, por ser uma área crítica. Para não terminar como pessimista a questão dos multi-resistentes e as formas de desinfecção ou esterilização podem contribuir para o estabelecimento de uma flora bacteriana multi-resistente nas terapias intensivas ou mesmo nos ambientes hospitalares, até mesmo dentro das residências quando se usa inadequadamente o antibiótico ou em *homecare* ou no PADI, se a política médica de uso de antibióticos seja inadequada. Portanto, toda vez que se opera desnecessariamente ou com terapia intensiva em casos que devem ser pensados duas vezes antes de uma intervenção radical. E as vezes o tratamento é paliativo, citou como exemplo estar passando por uma situação em família um primo de 49 anos de idade, que tem que se render as evidências e evitar situações heróicas que vão contribuir não só para o sofrimento, e hoje é preciso ter coragem para dizer isso, e também como o uso inadequado do antibiótico. A cirurgia tardia, desnecessária e o uso inadequado de antibióticos acabam criando uma flora bacteriana multi-resistente finalizando sua fala. **Sr. Ludugério Silva** assumiu a palavra passando ao próximo item **6) Comissões do Conselho Municipal de Saúde. Comissão de Orçamentos e Finanças, Comissão de Saúde Mental, Comissão de Saúde do Trabalhador, Comissão DST/AIDS, Comissão de Gêneros, Raças e Etnia, Comissão Especial para Acompanhamento de Eventos de Massa**, sem informes. **Comissão de Educação Permanente, Sra. Fátima Lopes** disse ter sido combinado na última reunião que no dia 7 de abril de 2013 haverá o Dia Internacional da Saúde no Parque Madureira. Quem esteve na reunião participou das discussões inclusive o coordenador da área 3.1 que nos ofereceu 3 barracas e um carro de som para que aquele Conselho queira participar que nos encontrem lá para falarmos sobre o Conselho, e passem o informativo sobre os Conselhos Distritais e Municipal para aqueles que não conhecem. O evento vai ser de 8 às 17 horas. **Sr. Ludugério Silva** prosseguiu para o último ponto de pauta **7) Informes. Sr. Francisco Cláudio**, representante dos profissionais de saúde, informou que durante a semana passada recebeu algumas informações que gostaria de passar ao Conselho. São referentes aos profissionais de saúde, informe de que estão faltando uma quantidade de profissionais de saúde especialmente em equipes multidisciplinares, especificamente agora no caso da OS IABAS que irá demitir os farmacêuticos e não terão farmacêuticos para as Clínicas de Saúde da Família em especial na área da AP 5.2. Isso eleva o risco na população porque remédio não é bala colorida e é preciso ter o profissional adequado para que não haja intoxicação ou sinergia pelo uso do medicamento. Essas OS's que estão gerindo as unidades em sua maioria estavam ilegais, muitas delas passaram para a situação de irregulares, mas não estão ainda agindo da maneira correta ora com a Prefeitura, ora com a população ora com o Conselho Municipal de Saúde. Neste primeiro momento é preciso que elas se regularizem e se for a questão da dimensão dos farmacêuticos podem demitir a critério da organização, mas se não houver contratação estariam infringindo a Lei Federal nº 5991, depois entraram no campo do exercício ilegal da profissão, tráfico de entorpecentes e o Conselho de Farmácia não permitirá isso. Este Conselho além de ter uma preocupação com o profissional através da fiscalização profissional, temos um dever para com a população e não será permitido que o profissional ou a ausência dele lese a população. Disse eu estarão fazendo uma fiscalização onde for necessário para que haja a regularização e legalização destas empresas que estão nas unidades de saúde pública. **Sra. Helena Manhães**, representante dos usuários da AP 3.2, disse que no dia 3 de abril a partir das 8 horas ocorrerá um Seminário entre outras coisas será discutido o controle social e orçamento. Os convites serão enviados aos Presidentes para participar da abertura. Disse que estava sem a programação e que ia ficar devendo alguns detalhes, mas que estava contando com a participação de todos no Seminário. **Sr. Geraldo Batista** disse que gostaria de falar sobre o movimento do qual faz parte que é no campo comunitário e falou que no domingo resgatou mais uma federação para o movimento do Controle Social. No Congresso

que começou 8 horas da manhã e terminou às 19 horas contando com cerca de 2 mil comunitários de todo o Estado do Rio de Janeiro realizado pela Federação Estadual das Associações de Moradores – FAMERJ, uma lendária e tão importante Federação que estava abandonada e que foi resgatada esta federação e para a felicidade foram eleitos dois companheiros que estavam presentes na reunião, o Sr. Ludugério Silva que será o diretor de saúde e a companheira Márcia que foi eleita Presidente da Federação. A importância deste movimento é justamente isso pelos embates que teremos com a Conferência das Cidades, e essa conferência tem essa necessidade de ter o controle social e o movimento comunitário juntos para discutir as questões sobre a cidade. Disse que quem mora na Zona Oeste sabe o que está acontecendo no lugar na questão da habitação através do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, onde você dorme e quando acorda tem um condomínio de 300 a 500 casas. A remoção destas famílias para esta área não está levando o contraponto dos serviços públicos. Não adianta termos uma Secretaria trabalhando e sendo prejudicado por não haver uma política de planejamento de outras Secretarias. Disse que a crítica era dirigida a Secretaria de Habitação que não está fazendo um planejamento para a instalação destes condomínios por lá, sem planejar construir um Posto de Saúde, Hospital, nem mesmo mercado. A Secretaria de Habitação quer oferecer moradia digna para o povo, mas não há moradia digna sem passar pela educação, saúde e segurança. O Conselho de Segurança hoje no local como vem sendo discutido pelo Batalhão tem aumentado consideravelmente, até agora está conseguindo manter, mas vão deixar criar novos guetos na Zona Oeste depois de tanta luta e sofrimento. Esse informe é sobre a discussão que iremos levar para a Conferência das Cidades - o controle populacional e o direito a moradia, escola, saúde, segurança e saúde aos moradores do Rio de Janeiro, em especial na Zona Oeste. A FAMERJ está funcionando na Rua Visconde do Rio Branco, 56 e funciona de 8 às 17 horas de segunda a sexta-feira. Apesar de enfrentarmos vários problemas. **Sr. Carlos Henrique** (Marreta) disse que não sabia se todos estavam por dentro do vazamento que ocorre na Maternidade Fernando Magalhães e que agora ela estava neste local, inundou todo o pré-parto, parece que houve problema no Centro Cirúrgico tendo que transferir os pacientes para outras unidades. Parece que as janelas do Centro Cirúrgico não são bem vedadas, e quando bateu o vento parecia uma cachoeira o Centro Cirúrgico. No pré-parto, as pacientes ficam todas no corredor e vazava água das luminárias que era como se tivesse chovendo dentro do Hospital. Pediu que isso fosse levado pois o Centro Cirúrgico ficou parado por vários dias. **Sra. Carmen Barbeito**, representante do INCA informou que os problemas trazidos podem ser vistos em outro contexto por ela, por também trabalhar no Estado. Disse que queria passar que hoje era o último dia que estaria no Conselho, pois a sua Associação passou por um pleito eleitoral e que infelizmente perdeu a eleição por 15 votos, o que mostra um resultado bem apertado pelo número de profissionais do INCA. No próximo dia 15, eles tomam posse e enviaram um novo membro que irá substituí-la. Disse que gostaria de dizer que aprendeu muito no Conselho e fala isso em muitos lugares. A gente precisa dar “porrada” para tentar melhorar a vida da população, e que sempre brigou em sua vida profissional ao longo desses 33 anos e se orgulha em dizer que em toda a trajetória sempre foi pensando no que se precisa. Falou poder dizer isso já que a pouco tempo sentiu na pele quando passou por uma cirurgia bem grave e precisou do CTI, e disse que graças a Deus tem plano de saúde, mas foi pessimamente tratada e que tem certeza que se fosse no hospital público não teria passado pelo que passou. O que tem a dizer é que com esse contato e essa briga conseguimos ser felizes mesmo não sabendo. Em pior condição está o Estado, pois o Secretário Estadual de Saúde não tem diálogo nenhum, é uma pessoa avessa ao diálogo, à conversa e nesta esfera temos pelo menos esse diálogo no Conselho. Agradeceu por tudo que aprendeu e disse que quando precisarem de alguma coisa do INCA pode procurar a enfermeira Carmem que trabalha na pediatria e espera que possa contribuir em qualquer ajuda. **Sr. Gilberto Souto**, representante da FAFERJ, falou que este ano a FAFERJ está fazendo 50 anos e irá ser criado um Núcleo para fazer as comemorações dentro das comunidades. Disse que será organizado um campeonato de futebol feminino no Piscinão de Ramos. Agradeceu. **Sr. David Lima** falou que o informe é a respeito da eleição do Conselho Distrital da AP 1.0 e aproveitou para dizer que a Dra. Carla Bianca que está presente foi eleita substituta do Presidente mas o Presidente ainda não foi eleito, faltando ainda à escolha de um gestor para a Comissão Executiva. Prosseguiu

informando que na última eleição para Presidente tivemos um empate cada candidato com 13 votos, e alegou que são sempre os mesmos candidatos que se candidatam e foi a quinta tentativa de eleger o Presidente. Disse então que está na hora da AP 1.0 apresentar um candidato que represente a Área e consiga ser eleito. O Conselho Distrital da AP 1.0 também ficava situado na Maternidade da Praça XV em uma sala que não tinha muita frequência dos Conselheiros que alegavam a distância, e foi providenciado com a necessidade da entrega do prédio e como Secretário Executivo do Conselho teve que assumir a responsabilidade dos equipamentos e móveis do Conselho, e em colaboração da Dra. Carla Bianca e da Dra. Anamaria Schneider fizeram a mudança do Conselho que está hoje numa sala muito boa na Coordenação da AP 1.0, na Rua Evaristo da Veiga, muito bem localizada com possibilidades de conduções diversificadas para todos os locais. É uma sala que funcionava o almoxarifado da Dra. Carla, que retirou o seu material para acolher o Conselho que dará condições de exercer o trabalho e o que se espera é que os Conselheiros passem a aparecer para as reuniões e deem plantões para atendimento da população. Que o Conselho assuma sua responsabilidade diante dessa oportunidade que está sendo dada, com internet, telefone, e instrumentos para a realização do trabalho bem feito. Mas o problema continua sendo a questão da eleição, de umas eleições até hoje, que ele, o Sr. Ludugério Silva e a Sra. Angela de Lamare, estavam presentes acompanhando este processo. **Sr. David Lima** pediu que outros Conselheiros do Conselho Municipal passem a acompanhar este processo. No dia 04 de abril haverá uma reunião do Conselho Distrital da AP 1.0 às 16 horas no Auditório 1 – segundo andar, na Rua Evaristo da Veiga, 16, quem puder comparecer para auxiliar neste processo já que a Comissão vai devolver o processo para o Colegiado e ver qual será a data marcada. Disse ainda que a Comissão Executiva também precisa eleger um gestor, e como eleger o gestor é mais fácil e pode inclusive ser eleito na reunião mediante escolha do segmento e esperado que haja tranquilidade para fazer essa escolha e a Comissão Executiva poder tocar os trabalhos. Mais um informe é sobre o Dia Mundial da Saúde no dia 07 de abril, o Sr. Ludugério e ele estiveram na reunião no Parque Madureira com vários setores envolvidos com o Dia Mundial da Saúde e foi decidido que a comemoração será feita no Parque Madureira, com barracas, vários serviços e a ideia é que todos os Conselhos, inclusive o Municipal estejam presentes para divulgar o trabalho de controle social. Na AP 3.1 foi combinado com o coordenador ver e ceder três barracas para colocarmos o nosso material, como fotos, materiais de divulgação e conseguirmos conversar com a população. Disse que mesmo estando com pouco tempo, vamos fazer o que é possível. No dia 14 de abril tem reunião da Metropolitana I na cidade de Duque de Caxias, no Hospital Moacir do Carmo às 10 horas e não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião cuja ata eu Wagner Ubiratan Candido Alves dou por lavrada e assino em conjunto com o Sr. Ludugério Antonio da Silva, como substituto do presidente deste Conselho Dr. Hans Fernando Rocha Dohmann.

Wagner Ubiratan Candido Alves

Ludugério Antonio da Silva